

Bulhões



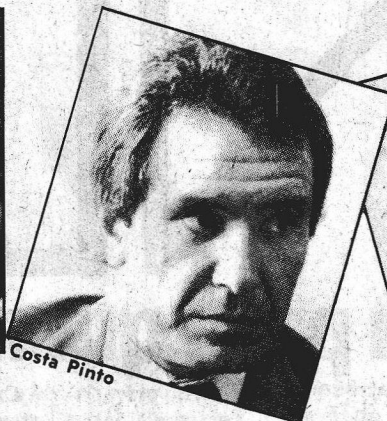
Simonsen



Freitas Nobre



Costa Pinto



Carlos Brandão



Os opositoristas criticaram o "pacote", na Câmara e no Senado. E o líder do governo, Nélson Marchezan, criticou os "arautos do pessimismo".

# A revolta do PMDB. E as explicações do PDS.

É "o enterro do milagre econômico", afirmou o líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre. "O governo será o grande responsável pelo caos rural, pela crise do abastecimento interno, pelo aumento do desemprego no campo", previu o senador Henrique Santillo, também do PMDB. A consequência imediata será "uma disparada dos preços", observou o senador Álvaro Dias (PMDB-PR).

Mas foram medidas "necessárias", embora não agradáveis, explicou o líder do governo, deputado Nélson Marchezan, ao responder às críticas de Freitas Nobre ao "pacote" de ontem. Enquanto Nobre apelou para a reflexão do presidente Figueiredo, a fim de "tornar o pacote mais leve", Marchezan censurou o líder opositorista por expressar "uma dor que é só de tribuna, porque não ofereceu nenhuma sugestão, nenhuma medida que pudesse resolver o problema econômico".

Antes, porém, Marchezan conseguiu fazer com que praticamente todo o plenário, incluindo a sua própria bancada, se desligasse do seu discurso porque passou a citar vários dados estatísticos para demonstrar que, ao contrário do que Freitas Nobre afirmara, não houve "inchaço", pois o País "desenvolveu-se muito nos últimos 19 anos".

## Usinas demais

Freitas Nobre disse em seu discurso que o governo não poderia culpar a crise do petróleo pelo que aconteceu à economia brasileira. Na sua opinião, a situação chegou a tal ponto por causa dos erros na política de investimentos. Em vez de aplicar vultuosos recursos num programa de nove usinas nucleares — "quando o País só precisava de uma" — em Itaipu, na Ferrovia do

Aço e em outras obras grandiosas, o governo, no seu entender, deveria ter fornecido recursos à pequena e à média empresas e incentivado as atividades produtivas.

E o problema não é só o "pacote", disse ainda Freitas Nobre, mas a confiabilidade do governo. Um governo que, segundo ele, fala uma coisa hoje e faz outra amanhã não consegue se impor à Nação. Esse "pacote da insensatez", acrescentou, só vai agravar a crise e dificultar a execução do próprio acordo com o FMI.

Nobre ainda se referiu ao senador Roberto Campos (PDS-MT):

— O governo utiliza-se do senador Roberto Campos, que tirou de Londres para impor ao eleitorado de Mato Grosso, para apresentar projetos de lei que ele próprio, devido ao acordo firmado com o PTB, não pode encaminhar ao Congresso Nacional.

Para Freitas Nobre, as proposições anunciadas pelo senador mato-grossense estariam destinadas, na verdade, a complementar o "pacote" econômico do governo.

## "Arautos do pessimismo"

— O povo não quer os arautos do pessimismo e estes não podem ter guarida nesta casa — afirmou Marchezan, em resposta a Freitas Nobre, registrando que o líder do PMDB precisou recorrer ao discurso de um senador do PDS, Roberto Campos, feito na véspera, para falar sobre os problemas econômicos do País.

Em tom irônico, Marchezan afirmou que seu colega, embora jornalista, não tem lido jornais porque, "se o fizesse, teria uma visão mais real dos esforços da classe política" para, por exemplo, preservar a classe trabalhadora dos refle-

xos das medidas estudadas ao longo dos últimos dias.

No Senado, o peemedebista Álvaro Dias (PR) foi o único parlamentar a se manifestar da tribuna sobre o "pacote", prevendo "uma disparada dos preços, por conta da retirada dos subsídios, do aumento da exação fiscal e de seu repasse aos preços e das repercussões não controláveis da reação dos vendedores ao próprio pacote".

— Não basta segurar os ministros da área econômica ou aumentar o número de membros das reuniões palacianas. Daí só podem sair decisões "en petit comité", que não atendem aos reais interesses do País.

Outro senador do PMDB, o goiano Henrique Santillo, afirmou em entrevista que "a proposta de novas taxas de juros progressivos para o crédito agrícola inseridas no pacote econômico do governo significa um duro golpe sobre os pequenos e médios produtores rurais".

— A política agrícola do governo só tem trazido sacrifícios aos que se dedicam à produção de alimentos que são destinados ao consumo direto do mercado interno. Em relação a essa atividade, o governo até hoje não definiu uma política séria de preços mínimos para defender os agricultores e garantir sua produção. Os benefícios têm sido, sim, carreados para a atividade agrícola destinada à exportação. Todos sabemos que são as forças do mercado internacional que direcionam os rumos da agricultura brasileira. O governo será, portanto, o grande responsável pelo caos rural, pela crise do abastecimento interno, pela queda da produtividade agrícola entre os pequenos e médios produtores, pelo au-

mento do desemprego no campo e pela intensificação do êxodo rural em direção aos centros urbanos que acontecerá inevitavelmente com as medidas adotadas pelo pacote econômico.

— Algo de excepcional está acontecendo em nosso país, comentou o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). Para ele, as decisões agora adotadas "mostram que começam a ser atingidos setores privilegiados da nossa economia, mas as medidas que atingem ganhos de capital, bancos, as aplicações no mercado financeiro e privilégios de grandes produtores rurais e exportadores e os gastos desnecessários das estatais ainda são tímidas".

— A retirada dos subsídios para o trigo e alguns derivados do petróleo irão onerar diretamente as classes populares.

## "Tratamento político"

Segundo o presidente nacional do PDS, senador José Sarney, o governo "deu tratamento político às medidas, que não poderiam ser muito drásticas para não infligir maiores sofrimentos ao povo".

— Não podíamos frear a inflação e aprofundar a recessão. Vejo as medidas conforme o presidente João Figueiredo colocou o problema: elas podem parecer amargas, não eram desejadas. Se pudessem ser evitadas, teriam sido. São, todavia, necessárias, diante da conjuntura econômica. Elas têm o objetivo de combater a inflação e evitar que o desemprego possa alcançar cada vez mais novas áreas trabalhistas.

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio (PDS-CE), deu uma resposta seca aos repórteres:

— Não sou especialista em pacotes.